

LUTAS URBANAS FEMINISTAS: ABORDAGENS, ESTRATÉGIAS E VIVÊNCIAS EM (RE)PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Priscila Izar

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), School of Architecture and Planning, University of the Witwatersrand, África do Sul | priscila.izar@wits.ac.za

Daniele Caron

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | daniele.caron@ufrgs.br

Resumo geral: Essa proposta é acionada a partir de uma rede de pesquisa sul-sul, com foco na América Latina e África, que se ampliou através de uma série de seminários internacionais em 2023 e 2024, intitulada "Lutas Urbanas Feministas: Corpos, territórios e políticas na produção de espaços periféricos". Estes seminários tiveram apoio da Urban Studies Foundation, com coordenação de Priscila Izar e Paula Freire Santoro, do LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em parceria com instituições na África do Sul, Tanzânia e Holanda. As demais proponentes desta proposta também participaram dos seminários e formam parte da rede.

Os objetivos desta Sessão Livre, dando continuidade àqueles dos seminários e de trabalhos coletivos anteriores (Helene et al., 2021, Izar et al., 2023), é dialogar sobre abordagens feministas às lutas urbanas, especialmente em territórios e comunidades periféricas, assim como fortalecer redes que conectam a pesquisa com o ativismo. Assim, buscaremos aprofundar e aprimorar debates e investigações sobre as experiências vividas por mulheres marginalizadas e suas comunidades, por meio de abordagens feministas interseccionais, transdisciplinares e decoloniais (Collins et al., 2021), além de ampliar redes de ativismo com base em engajamentos pedagógicos críticos e de solidariedade (Allen et al., 2022).

Entendemos que o processo de urbanização acelerada em cidades do Sul global exige olhares e métodos de pesquisa decoloniais (Quijano, 2000), desvinculadas das noções liberais de justiça e distribuição, próprias de modelos de cidade baseados em tradições modernistas e paradigmas econômicos do pós-guerra (Hackworth, 2011). Enquanto o capitalismo contemporâneo, racializado, neoliberal e financeirizado busca ampliar sua influência sobre processos urbanos em diferentes escalas, tendendo a concentrar investimentos em megaprojetos de infraestruturas e transporte de bens e serviços, e no setor imobiliário de

renda alta e média alta, a população trabalhadora mal remunerada, autoconstrói suas casas, bairros e territórios com pouco ou nenhum investimento público. Na África subsaariana, com exceção da África do Sul, os territórios autoconstruídos compõem mais da metade da mancha urbana nas cidades.

Nesse sentido, buscamos compreender os múltiplos processos de urbanização das cidades do Sul global, sobretudo de territórios periféricos e comunidades marginalizadas, a partir da observação das práticas cotidianas de produção urbana e das experiências vividas (Appelhans et al., 2024). Essas estratégias e vivências se sobrepõem à urbanização precária dos territórios periféricos, marcados por múltiplos processos de opressão, como o racismo estrutural, o patriarcado, a violência de gênero e a pobreza, ao mesmo tempo que são engendradas precisamente nestes contextos (Helene et al., 2021). A população periférica, por sua vez, (re)produz e complementa a infraestrutura e serviços urbanos básicos, com seus corpos e seu tempo destinado à reprodução, buscando superar precariedades e promover a vida digna. Nesses mesmos contextos e territórios, as populações periféricas lideradas pelas mulheres, estabelecem novas formas, práticas e redes de cuidado, regeneração, e de luta política (Sardenberg 2019).

Nesta proposta as periferias são abordadas como territórios com centralidade própria, relacionados, mas não necessariamente subordinados a centros e instituições políticas e econômicas (Santos, 2011). Também buscamos compreender a (re)produção de territórios periféricos como a sobreposição de diferentes lógicas (Meth et al. 2024) e governança(s) urbana(s) que, em certa medida, são mediadas no cotidiano pela forte presença de redes de interação, resistência, adaptação e criação cultural. Territórios periféricos, portanto, não são simplesmente definidos pela marginalidade, são também moldados pelas realidades diárias, lutas e práticas sociais e espaciais de seus habitantes, particularmente das mulheres.

A proposta da Sessão Livre está organizada de acordo com três eixos de análise, também pontuados coletivamente entre pesquisadoras e líderes comunitárias envolvidas nessa rede de pesquisa: (i) metodologias de pesquisa urbana feminista, pautadas pela produção de conhecimento situado e por alianças sempre em construção com as margens urbanas; (ii) movimentos e lutas urbanas feministas e as práticas estatais na construção e transformação de cidades do Sul global, explorando as relações porosas entre movimentos sociais e o Estado em suas várias dimensões e instâncias; e por fim, (iii) estratégias cotidianas de luta e enfrentamento dos desafios do território, relacionados ao acesso à infraestrutura urbana, saneamento, segurança habitacional e de populações vulneráveis como mulheres e a população LGBTQIA+, assim como crises agudas causadas por eventos climáticos extremos, ou por ações abruptas de remoção de moradores que também aplicam violências interseccionais.

A transdisciplinaridade e diversidade regional é característica chave desta Sessão Livre, cujas participantes são acadêmicas e integrantes de movimentos sociais, oriundas de vários campos de conhecimento como antropologia, arquitetura, direito, planejamento urbano e

administração pública. Os trabalhos propostos cobrem as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, e a África Austral, esmiuçando múltiplos e diversos aspectos e contextos de lutas urbanas feministas, documentando práticas, explorando diferentes cartografias, e propondo conceitos.

Em “Junte-se à nossa luta! Feminismos periféricos em diálogo em Dar es Salaam (Tanzânia) e Tshwane (África do Sul)”, Priscila Izar usa o conceito de feminismo periférico como lente de investigação do protagonismo feminino na (re)produção urbana de bairros populares e autoconstruídos no contexto de cidades Africanas. No trabalho “CozinharCOM: tecnologia social ancestral na organização de territórios futuros”, Daniele Caron discute a emergência de cozinhas solidárias em Porto Alegre, como tecnologia social ancestral e contemporânea para a luta das mulheres contra a aniquilação das práticas comunitárias em contextos urbanos marcados pela precariedade social e ambiental. Flavia de Sousa Araújo discute modos feministas e ancestrais de conceber o futuro das cidades brasileiras, em seu trabalho intitulado “Artivismo Feminista em capitais da Amazônia e nordeste brasileiro: contra-feitiços e narrativas de futuro ancestral.” Em “Mulheres e lutas urbanas: movimentos populares e o direito à cidade no cotidiano”, Graça Xavier relata as experiências de mulheres trabalhadoras organizadas na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e sua Secretaria de Mulheres de Luta por Moradia. Finalmente, com abordagem etnográfica, no trabalho “Mulheres e a trama urbana Amazônica: modos de morar, ameaças e lutas no cotidiano feminino de ter-rio-tórios Paraenses,” Barbara Baleixe investiga as margens de alguns rios paraenses e as mulheres que neles vivem, criam e compõem a trama urbana amazônica.

ALLEN, A. et al., Crafting urban equality through grassroots critical pedagogies: weave, sentipensar, mobilize, reverberate, emancipate. *Environment and Urbanization*, 34(2), 446-464. (2022)

APPELHANS, N. et al., Everyday Urban Practices in Africa: Disrupting Global Norms. (2024)

COLLINS, P. H., et al., Intersectionality as critical social theory: Intersectionality as critical social theory, Patricia Hill Collins, Duke University Press, 2019. *Contemporary Political Theory*, 20(3), 690. (2021)

HACKWORTH, J. *The neoliberal city: Governance, ideology, and development in American urbanism*. Cornell University Press. (2011)

HELENE, D., et al., *Dossiê território, gênero e interseccionalidades*. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, 23. (2021)

IZAR, P., et al.. (Orgs) *Feminising Urban Struggles: Bodies, territories and politics in production of peripheral spaces*. (2023)

METH, P., et al., *Living the urban periphery: Infrastructure, everyday life and economic change in African city-regions*. Manchester University Press (2024).

QUIJANO, A. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International sociology*, 15(2), 215-232. (2000)

SANTOS, M. "Geografia e Planejamento: o Uso do Território Geopolítica" Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território/Eletronic Magazine: Time-Technique-Territory 2, no. 2 (2011).

SARDENBERG, CMB. "Mulheres em movimentos de bairro, conscientização feminista e feminismo popular em Salvador, Bahia-anos 1980 e 1990." *Revista Crítica Histórica* 10, no. 19: 133-160. (2019)

JUNTE-SE À NOSSA LUTA! FEMINISMOS PERIFÉRICOS EM DIÁLOGO EM DAR ES SALAAM (TANZÂNIA) E TSHWANE (ÁFRICA DO SUL)

Priscila Izar

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), School of Architecture and Planning, University of the Witwatersrand, África do Sul | priscila.izar@wits.ac.za

O feminismo periférico reflete "a busca de mulheres periféricas por reconhecimento, visibilidade e autonomia de seus corpos e ações" (da Silva e Gonzalez 2024, 298), remetendo às lutas cotidianas, articuladas por conhecimentos populares (Borges 2018). Este trabalho usa o conceito de feminismo periférico como lente de investigação do protagonismo feminino na (re) produção urbana de bairros populares e autoconstruídos, em Dar es Salaam (Tanzânia) e Tshwane (África do Sul). Debates contemporâneos sobre urbanismos africanos enfatizam diversidade e especificidades em modos de governança urbana e territorialidades (Huchzermeyer et al., 2024). Se, por um lado, ampliam-se os estudos que buscam compreender a produção urbana como a sobreposição de diferentes lógicas (Meth et al., 2024), por outro, abordagens feministas ainda têm sido pouco exploradas (Beal, Hassim and Todes, 1989). Em um país ainda predominantemente rural como a Tanzânia, a urbanização de sua capital econômica, Dar es Salaam, é acelerada, resultante principalmente da migração interna. A autoconstrução em terras públicas não só é tolerada como estimulada em bairros periféricos, onde o estado promove a regularização fundiária, com pouco ou nenhum investimento em urbanização. No bairro de Keko Machungwa, mulheres organizadas em rede (federações), e com apoio de escritórios de assessoria, desenvolvem um conjunto de projetos de saneamento básico, como construção de banheiros de fossa seca e cisternas. A partir dessas experiências, clamam por participação em outros espaços de poder, em comitês distritais e regionais, buscando alterar os modos de produção da cidade. Na África do Sul, país predominantemente urbano, a expansão de assentamentos informais acontece à revelia do estado. Governos municipais contratam empresas privadas para a provisão temporária de água e banheiros portáteis, em bairros construídos há décadas, enquanto redes de drenagem e esgoto seguem inexistentes. Durante a pandemia de Covid-19, comunidades locais, com apoio de ONGs, criaram a Asivikelane, uma plataforma coletiva de monitoramento dos serviços prestados por agentes privados em seus territórios. No bairro de Phomolong,

Tshwane, a Asivikelane alavancou a luta das mulheres pela gestão de lixo em seus bairros (problema também agravado durante a pandemia), estimulando a criação de novos espaços de negociação e planejamento participativo junto ao governo municipal. O diálogo entre Tanzânia e África do Sul realça diferenças entre modelos de estado, governança urbana, urbanismos cotidianos e estratégias feministas territorializadas, ao mesmo tempo em que aponta para lutas comuns com relação às melhorias urbanas, acesso à terra e maior participação nos espaços de poder.

BEALL, J., HASSIM S., TODES A. "A bit on the side?": Gender struggles in the politics of transformation in South Africa." *Feminist Review* 33.1 (1989): 30-56.

BORGES, J. "Existe um Feminismo Periférico". Projeto Reconexões Periferia, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 28 março 2018. <https://fpabramo.org.br/2018/03/28/existe-um-feminismo-periferico/>

da SILVA, R C M., GONZALEZ L. "Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro." *Revista Thésis* 9, no. 17 (2024).

HUCHZERMEYER M. et al., "Introduction: Global Norms, Urban Africa, the Everyday, and Disruption." In *Everyday Urban Practices in Africa*, pp. 1-20. Routledge, 2024.

METH, P., et al., *Living the urban periphery: Infrastructure, everyday life and economic change in African city-regions*. Manchester University Press (2024).

COZINHARCOM: TECNOLOGIA SOCIAL ANCESTRAL NA ORGANIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS FUTUROS

Daniele Caron

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | daniele.caron@ufrgs.br

O modelo urbano-industrial que se origina na Europa, dominante também nos países do Sul Global afetados pela ordem colonial das dinâmicas imperialistas, teve como uma de suas prerrogativas a espacialização da divisão sexual do trabalho, que subordinou corpos e saberes de mulheres, negros e indígenas (Federici, 2017, Lugones, 2020). A lógica patriarcal de domesticação de certos espaços e de privatização da vida atuaram na ruptura das condições de possibilidade dos espaços comunitários, aniquilando ordens ancestrais. Entretanto, algumas tecnologias sociais de produção do comum que resistiram ao longo destes séculos, reaparecem atualmente como insumos matriciais para o planejamento territorial, sobretudo em contextos urbanos marcados pelos eventos climáticos cada vez mais frequentes. É o caso das cozinhas comunitárias e solidárias, que emergem como reação à precarização de serviços, equipamentos, infraestrutura e moradia digna em territórios que ficam à margem do modelo de cidade subserviente aos interesses neoliberais (CARON et al, 2024). Na periferia dessa lógica planejada, as cozinhas fazem convergir, pela ação de mulheres, uma vizinhança, um bem-viver, uma política do cuidado. Em maio de 2024, o sul do Brasil sofreu a maior

catástrofe por inundação da história ocidentalizada desta região. Porto Alegre foi interditada em suas principais vias de acesso, com falta de luz elétrica, água potável, transporte, além de enormes contingentes de pessoas e animais sem abrigo. Diante da urgência de respostas efetivas por parte do Estado, em muitos territórios periféricos, emergem cozinhas solidárias e emergenciais, que passam a dar suporte de alimentação, informação e organização comunitária. As cozinhas são práticas nascidas da violência da falta de dignidade alimentar, e são forjadas na força de convergência entre mulheres que se apoiam mutuamente para lograr maior equidade e justiça social. É a partir do corpo subordinado e castigado por falta de saneamento, moradia, segurança, transporte e assistência social que as mulheres desenham práticas anticapitalistas e menos hierárquicas nestas cozinhas, fazendo comparecer a lógica do corpo-território (Gago, 2020, Cabnal, 2010) permeado por saberes originários, afrodiáspóricos e populares. Neste sentido, o objetivo dessa fala é discutir as cozinhas como tecnologia social ancestral e contemporânea para a luta das mulheres contra a aniquilação das práticas comunitárias, a partir do Projeto de Extensão “Espaços de convergência social e comunitária”. Desenvolvido no âmbito da Faculdade de Arquitetura/UFRGS, o projeto busca mapear as cozinhas ligadas a movimentos sociais urbanos em Porto Alegre, e apoiar sua requalificação como equipamento urbano de organização territorial e política.

CARON, D. et al. Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária. Revista de Extensão da UFRGS. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Extensão UFRGS, n.29, 2024, p.34-42. ISSN 2238-0167

CABNAL, L. Acercamientos a la construcción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. Feminismos diversos: el feminismo comunitario. ACSUR, 2010, p. 11- 25.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GAGO, Verônica. A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais,. Rio de Janeiro: Editora Bazar do tempo, 2020.

ARTIVISMO FEMINISTA EM CAPITAIS DA AMAZÔNIA E NORDESTE BRASILEIRO: CONTRA-FEITIÇOS E NARRATIVAS DE FUTURO ANCESTRAL

Flavia de Sousa Araújo

Universidade Federal de Alagoas | E-mail: flavia.araujo@fau.ufal.br

Atualmente no território brasileiro, ou pindorâmico (Santos, 2023), é difícil imaginar uma cidade regida fora da lógica e feitiço capitalista (Tsing, 2022) que, a partir dos quebrantos

(Cordeiro, Aquino, 2018) da gentrificação, expropriação e instagramatização dos espaços públicos, tem desenhado a cidade, suas relações de poder e acesso à cidadania. Este trabalho apresenta modos feministas e ancestrais de conceber o futuro das cidades brasileiras, ou contra-feitiços (Araújo et al, 2024), fundamentados em cosmopercepções negras, indígenas e/ou dos povos da floresta; onde a cidade não é posta como um lugar de disputa e antagonista à natureza, mas sim, como expansão da própria natureza, lugar de coexistência entre humanos e mais-que-humanos, entes e viventes (Krenak, 2022; Tsing, 2022). Compreendemos que o a(r)tivismo nos espaços públicos é um potente instrumento político para as insurgências, e nos auxilia, por meio de narrativas visuais (Cusicanqui, 2022), a fabular perspectivas de futuros esperançosos para as cidades brasileiras, pois confluem com epistemias contracoloniais (Santos, 2023) ao apontar modos de conceber cidade que escapam à distopia capitalista e indicam possibilidades de cura urbana (Araújo et al, 2023).

De acordo com dados oficiais do censo 2022, capitais do norte e nordeste do país, como Belém-PA, Maceió-AL e Salvador-BA, concentram uma população majoritariamente feminina, negra (preta e parda), moradora de áreas pouco providas de infraestrutura básica e com renda média e/ou baixa. A capital paraense, apesar de suas florestas e abundância em águas doces, está entre as dez cidades com os piores índices de saneamento do país. Mais de 50% da população habita áreas denominadas favelas, e não tem acesso às redes de água ou esgoto ou de coleta de resíduos. No nordeste, recentemente, Maceió-Alagoas foi alvo do maior crime ambiental provocado pela mineração em área urbana, que culminou na subsidência do solo de quase cinco bairros, majoritariamente habitados pela população negra. E por fim, o estado da Bahia foi considerado o mais violento do país, e Salvador apresenta entre as demais capitais, altas taxas de pobreza, violência e desemprego.

Ao mesmo tempo, é possível constatar ações artistas protagonizadas por mulheres negras, as mais impactadas pelas mazelas da cidade, cujas narrativas visuais propagadas nas ruas e redes sociais digitais, estão em consonância às epistemologias decoloniais e feministas, com destaque para perspectivas desejáveis de futuro, nos modos de habitar e manejar a terra, o (auto)cuidado do corpo e as relações com outros seres e entidades.

ARAÚJO, Flavia de Sousa; BORGES, Hilda Marinho Amaral; FERTON, Séfora Emiliano. Cartografando Gérmenes de Florestania: Concepções feministas e ancestrais de futuro para cidades brasileiras. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista#F>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ARAÚJO, Flavia de Sousa; RODRIGUES, Ana Cabral; BELLO, Clara Lobo; BORGES, Hilda Marinho Amaral. Caruanas: arte e cura urbana na "cidade da Parahyba". Anais do VI Seminário Internacional Urbicentros. Fabulações de Oficinas. João Pessoa 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oW6VedPGY6DcwiZKwFG6fh5fjsf6zjy9/view>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CORDEIRO, Maria da Conceição da Silva; AQUINO, Jania Perla de. Modos de adoecimento e cuidados com o corpo no interior do Amapá: algumas notas e considerações sobre cosmologias amazônicas. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul./out., 2018, p. 343–376. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36560>>. Acesso em: 17 mar.2023.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Edições, 1a ed. 2021. 128 p.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

SANTOS, Antônio Bispo. A Terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

TSING, Anna Lowenhaupt. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MULHERES E LUTAS URBANAS: MOVIMENTOS POPULARES E O DIREITO À CIDADE NO COTIDIANO

Graça Xavier

União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Red Mulher e Habitat da América Latina e Caribe | gracaxavierj84@gmail.com

A luta por moradia no Brasil se deu historicamente a partir da abolição da escravatura, quando as pessoas negras, após o fim oficial da escravidão, continuaram sem acesso aos direitos básicos, como o direito ao trabalho remunerado e à terra. A restrição do acesso à propriedade fundiária forçou a maior parte dos brasileiros a morar ilegalmente, “tornando a ilegalidade, se não uma norma, ao menos a condição predominante de assentamento” (Holston ,2013, pp. 155- 156). A rápida expansão urbana aliada à falta de planejamento, fez com que a população de baixa renda ocupasse as periferias das cidades, no caso da cidade de São Paulo, comprando lotes em áreas de mananciais, longe dos polos de trabalho, transporte, saúde e educação. Posteriormente, o aumento significativo da população ampliou a demanda por serviços públicos, a ocupação desordenada e a autoconstrução.

Este trabalho trata da experiência cotidiana das mulheres trabalhadoras de luta pela terra e moradia, organizadas na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e sua Secretaria de Mulheres de Luta por Moradia. Em sua maioria mulheres negras, que historicamente lutam para conquistas de direito das trabalhadoras, contra múltiplas violências e para a transformação social. Com a criação da Secretaria das Mulheres, a UMM-SP passou a pontuar as violências interseccionais que suas participantes enfrentam diariamente, e a propor uma agenda de luta por seus direitos. Os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre uma população que já sofria com a queda brusca de investimentos públicos em seus territórios impulsionou diversas campanhas dos movimentos: por moradia em âmbito nacional, contra a fome, e a favor da destinação de recursos públicos para programas de moradia então esvaziados, com um olhar específico na situação das mulheres.

As mulheres da UMM entendem que, atualmente, a sociedade brasileira, é marcada por dois projetos em disputa: de um lado, o da burguesia, que implanta uma lógica machista, estimula a violência, utiliza da mão de obra das mulheres mas desvaloriza o seu trabalho e promove sua alienação em prol de seus interesses; e de outro, o trabalho das mulheres organizadas em movimentos sociais que contribuem para a formação política, empoderamento feminino, estimulando a resolução coletiva e política de problemas com ações conscientes e transformadoras. Nesse sentido, a UMM participou na elaboração dos artigos do projeto de lei que dá prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica em programas habitacionais via poder público (Projeto de Lei Estadual n°: 352 de 2017).

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2013.

MULHERES E A TRAMA URBANA AMAZÔNICA: MODOS DE MORAR, AMEAÇAS E LUTAS NO COTIDIANO FEMININO DE TER-RIO-TÓRIOS PARAENSES

Barbara Baleixe

Universidade Federal do Pará | barbarabaleixe@gmail.com

A Amazônia como um lugar de natureza virgem despovoada, como um paraíso perdido anterior ao aparecimento humano, ainda persiste nas imagens que muitos brasileiros carregam da região (Pacheco de Oliveira, 2014). Porém as paisagens das florestas amazônicas guardam uma história de manejo e cultivo, resultado de práticas agroecológicas indígenas milenares, incorporadas ao conhecimento de povos e comunidades tradicionais atuais, que combinam tradição e inovação em um aprendizado inscrito no território (Furquim et al, 2023). A colonialidade e a sua inferiorização orientada por raça, gênero e outros marcadores (Quijano, 2005; Lugones, 2008) provocou desumanização, apagamentos e múltiplas violências contra os povos daqui –inclusive em escala nacional, considerando que a Amazônia sempre foi considerada o “outro” por governos centrais e elites do Centro-Sul (Loureiro, 2022). Apesar disso, padrões espaciais nativos, múltiplos, não hegemônicos, e historicamente estabelecidos na região resistem até os dias atuais, compondo a complexidade da urbanização da Amazônia, em uma trama que se estende para além das cidades (Cardoso, 2023; Ribeiro, 2024).

Consideraremos as margens de alguns rios paraenses e as mulheres que neles vivem, criam e fazem como parte da trama urbana amazônica (Ribeiro, 2024), por vezes também chamada de trama dos povos da floresta (Cardoso, 2023), nos voltando para o habitar como um fato construído temporal e localmente (Lefebvre, 1999), em um campo permeado de relações de poder, nas quais o gênero é uma forma primária de dar significado a elas (Scott, 1995), sempre interseccionado com outros marcadores (Crenshaw, 2002). Um importante legado das lutas feministas foi a crítica ao modo de produção de conhecimento dominante e a proposta de modos alternativos de fazer ciência (Rago, 2000), e, neste sentido, propomos uma ciência que

se inicia no corpo e na experiência cotidiana e não em problemas essencialistas construídos a partir de visões biologizantes de mulheridade (Kern apud Rich, 2019). O resultado será uma descrição densa dos significados em interação analisados (Geertz, 1989), ou seja, um trabalho etnográfico, em uma narrativa sobretudo imagética (Kuschnir, 2026; Eckert, 2012), dos modos de morar, ameaças e lutas no cotidiano feminino paraense, em uma racionalidade posicionada (Haraway, 1995).

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. *Revista da UFMG, Belo Horizonte*, v. 28, n. 3, p. 57–87, 2023. DOI: 10.35699/2316-770X.2021.46237. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/46237>>. Acesso em: 30 out. 2024.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; DAL’ASTA, Ana Paula; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. O que é o urbano na Amazônia contemporânea? Implicações para a vigilância em saúde no bioma. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 9, e00129723, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT129723.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

KERN, Leslie. *Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. 1a ed. Tradução de Thereza Roque de Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia, colônia do Brasil*. Manaus: Editora Valer, 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000100004>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

FURQUIM, Laura et al. The constructed biodiversity, forest management and use of fire in ancient Amazon: an archaeological testimony on the Last 14,000 years of indigenous history. *Global Ecology in Historical Perspective*. Tradução. Singapura: Springer, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-19-6557-9_15>. Acesso em: 18 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: Uma perspectiva processual de fronteira. *Aceno, Mato Grosso*, v. 1, n. 1, p. 23-48, jan./jul. 2014. DOI:10.48074/aceno.v1i1.1709. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1709>>. Acesso em: 09 set. 2023.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História: Descobrir Historicamente o Gênero. São Paulo: Editora Ática, 2000. Disponível em: <<http://cntgaliza.org>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

RIBEIRO, Renata Maciel. A trama urbana amazônica: Reconhecimento e qualificação de um território de possibilidades. 2024. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2024.